



2º SIMULADO ESPECIAL

Câmara dos Deputados

**Analista Legislativo
Técnica Legislativa
Pós-Edital**

Simulado

2º Simulado Especial Câmara dos Deputados (Analista Legislativo – Técnica Legislativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso da Câmara dos Deputados (Analista Legislativo – Técnica Legislativa);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Camara-Tecnica-05-11>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas*

01. Falácias são argumentos ou raciocínios incorretos que podem ser enganosos, ilógicos ou falsos. Elas são frequentemente usadas na retórica para persuadir ou influenciar, mas não são válidas do ponto de vista lógico.

Considere a sentença abaixo.

O piloto recém-contratado da equipe deve ser imbatível, pois seu pai foi tricampeão mundial!

Esse segmento argumentativo se apoia em um raciocínio falso, que é

- a) inversão entre causa e consequência.
- b) confusão entre opinião e fato.
- c) troca de expectativa por realidade.
- d) emprego de uma falsa analogia.
- e) divisão entre dois extremos.

02. “Estudei com afinco, dediquei horas ao exame, e consegui a aprovação.”

Os compêndios gramaticais ensinam que orações introduzidas por “e” têm valor aditivo. Na passagem acima, porém, a oração sublinhada contrai, em relação à sequência anterior, um valor semântico adicional, que se soma ao seu significado aditivo básico.

Esse valor adicional está corretamente identificado na seguinte alternativa:

- a) causa;
- b) finalidade;
- c) correlação;
- d) consequência;
- e) alternância.

03. Leia o texto a seguir.

"O uso excessivo do álcool a longo prazo pode causar problemas ainda maiores ao organismo. Estimula a irritação da mucosa estomacal, causando a gastrite,

aumento da pressão arterial, problemas cardiovasculares, hepatite, cirrose, distúrbios do sistema nervoso e danos a órgãos como fígado, coração e pâncreas."

O argumento utilizado nesse texto

- a) está baseado em dados e fatos.
- b) apela para a intimidação do leitor.
- c) é um argumento de autoridade.
- d) é afetivo, apelando para a moral do receptor.
- e) está fundamentado em valores sociais atléticos.

04. Identifique a alternativa que NÃO apresenta ambiguidade:

- a) "Ele viu o homem com o telescópio."
- b) "O professor disse ao aluno que ele tinha talento."
- c) "Eu não gosto de estudar como meu irmão."
- d) "O menino viu o irmão com binóculos."
- e) "O livro que seu irmão comprou é muito interessante."

05. Assinale a frase cujo conectivo sublinhado está corretamente classificado.

- a) "Os alunos estudaram com dedicação, assim conseguiram boas notas." - aditivo
- b) "O tempo estava chuvoso, embora a previsão fosse de sol." - adversativo
- c) "Ele se atrasou para a reunião, porque esqueceu o celular em casa." - explicativo
- d) "Ela gostava de ler romances, por conseguinte tinha uma coleção enorme." - conclusivo
- e) "Ele não comeu o jantar, logo estava com fome." - temporal

06. Assinale a frase em que a preposição COM mostra valor de “companhia”.

- a) Irei ao baile dos aprovados com meu traje de gala.
- b) O psiquiatra trabalha com pacientes bipolares.
- c) Todo mundo ali está com medo do escuro.
- d) Ela naturalmente foi ao concerto com seu pai.
- e) Ela precisou faltar ao trabalho com o filhinho doente.

07. Assinale a frase a seguir que, diferentemente das demais, não se estrutura numa oposição.

- a) "A democracia valoriza a liberdade; a ditadura, a opressão."
- b) "Os sábios aconselham, os insensatos desobedecem."
- c) "Ele elogiou a atitude do colega, mas criticou o comportamento do chefe."
- d) "A tolerância é a chave para a paz, não a ignorância."
- e) "A chuva é benéfica para as plantas; o fogo, prejudicial."

08. Assinale a frase abaixo que não exemplifica uma construção de voz passiva.

- a) "O artista tem pintado retratos incríveis da paisagem montanhosa."
- b) "O livro fora lido por muitas pessoas em todo o mundo."
- c) "Descobriu-se uma nova espécie de planta na Amazônia."
- d) "A música composta pelo talentoso compositor foi esquecida."
- e) "A casa foi cercada de policiais naquela noite".

09. Assinale a frase em que o diminutivo sublinhado não mostra valor negativo.

- a) "Ela é uma mulherzinha que não sabe o que está fazendo."
- b) "O governo aumentou os impostinhos novamente."
- c) "Vamos dar aquela cochiladinha de leve e levantar novos."
- d) "Essa multinha que recebi no trânsito foi uma verdadeira bênção."
- e) "Ele deu um dinheirinho e achou que podia resolver tudo."

10. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado).

Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O segredo do sucesso está na constância do objetivo.
- b) O futuro de todos nós está sempre nas mãos do acaso.
- c) Pessoas muito sinceras estão sempre perto de causar mágoas.
- d) Quem não sabe onde está se perde sem se mover.
- e) O futuro está misturado com o presente de forma indelével

11. Considere os fragmentos de texto abaixo.

"O plano parecia perfeito, não fosse um problema: a polícia local era muito diligente."

"Os estudos sobre inflação são duvidosos: pesquisadores com metodologias e ideologias diferentes chegam a resultados conflitantes."

Nas passagens acima, os dois-pontos são usados para introduzir, respectivamente:

- a) uma exemplificação e uma ênfase;
- b) uma restrição e um clímax;
- c) uma modalização e uma síntese;
- d) uma previsão e uma ressalva;
- e) uma especificação e uma justificativa.

12. Muitas locuções adjetivas podem ser substituídas por adjetivos.

Assinale a opção em que essa substituição é adequada.

- a) Um homem de caráter é raro hoje em dia/característico
- b) As cachorras de raça são caríssimas/racistas
- c) O professor de matemática saiu/matemático
- d) O amor de filho é condicional/filial
- e) As crises do estudante causaram internação/estudantil

13. Assinale a frase em que só uma das formas do pronome demonstrativo destacado é cabível.

- a) Se exerço a presidência da empresa há 10 anos, é porque essa/esta é a preferência da diretoria.
- b) É difícil fazer comparações. Respeito a história original e a adaptação, mas prefiro esta/essa àquela.
- c) Todos temos que trabalhar e cumprir responsabilidades. Mas isto/isso não significa que deixaremos de dormir.
- d) Cada dia mais, as pessoas ficam impacientes com o tédio; só que esse/este não é o maior problema.
- e) Os juros estão altos e a inflação não está caindo. É isto/isso que parece preocupar o governo.

14. Assinale a opção em que a palavra bastante exemplifica uma classe de palavra diferente da das demais frases, indicando intensidade e não quantidade.

- a) Estudamos bastante tempo durante o curso.
- b) Bastante dinheiro foi investido na educação.
- c) Trabalhamos bastante durante o expediente.
- d) Não quero mais atenção. Tenho bastante.
- e) Todos ficaram com bastante raiva depois.

15. "Visam promover a comercialização. O enunciador procura vender determinado produto, utilizando-se de estratégias adequadas ao público-alvo do produto a ser vendido. Ele tem um "interesse a defender".

O enunciado acima sintetiza a finalidade de um texto:

- a) propagandístico;
- b) publicitário;
- c) argumentativo;
- d) dissertativo;
- e) injuntivo

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

US announces 'strongest global action yet' on AI safety

The White House has announced what it is calling "the most significant actions ever taken by any government to advance the field of AI safety".

An executive order from President Joe Biden requires Artificial Intelligence (AI) developers to share safety results with the US government.

It places the US at the centre of the global debate on AI governance.

The UK government is this week holding a summit on AI safety, hosted by Prime Minister Rishi Sunak.

The two-day meeting begins on 1 November at Bletchley Park. It has been prompted by concerns that the rapid advance of AI systems could lead to problems such as the development of more deadly bio-weapons and more paralysing cyber-attacks.

Announcing the safety measures, Mr Biden vowed to "harness the power of AI while keeping Americans safe".

'Not enough teeth'

The tech entrepreneur and AI expert Gary Marcus told the BBC the US announcement seemed more ambitious in its scope.

"Biden's executive order sets a high initial bar. The executive order is broad, focusing on both current and long-term risks, with some - though probably not enough - teeth," he said.

"The UK summit seems to have greatly narrowed its focus, primarily focusing around the long-term risk, with not enough focus on the here and now, and it's just not clear how much with teeth will come out of it, or what authority it really has."

Alex Krasodonski, senior research associate at Chatham House, told the BBC the executive order showed the US considered itself the leader in terms of how to address such threats.

On Monday, Mr Biden told reporters and tech workers at the White House: "As artificial intelligence expands the boundary of human possibility, and tests the bounds of human understanding, this landmark executive order is a testament to what we stand for.

"Safety, security, trust, openness, American leadership and the undeniable rights endowed by our creator that no creation can take away."

<https://www.bbc.com/news/technology-67261284>

16. According to the text, President Joe Biden

- a) mandated that developers of Artificial Intelligence (AI) must disclose safety outcomes to the U.S. government.
- b) suggested that AI developers have the option to keep safety results confidential from the U.S. government."
- c) Stated that AI developers are not obligated to share safety results with the U.S. government.
- d) encouraged AI developers to voluntarily share safety outcomes with the U.S. government.
- e) Stated that AI developers are required to keep their safety results private and not disclose them to the U.S. government.

17. The summit on AI safety raised worries that AI systems lead to

- a) the stagnation of less potent biological weapons and less damaging cyberattacks.,
- b) the development of less lethal biological weapons and less disruptive cyberattacks.
- c) the evolution of increasingly lethal biological weapons and more crippling cyberattacks.
- d) the emergence of more defensive measures against lethal biological weapons and cyberattacks.
- e) the focus on preventive measures against deadly biological weapons and cyberattacks.

18. READ THE PARAGRAPH BELOW.

The two-day meeting begins on 1 November at Bletchley Park. It has been prompted by concerns that the rapid advance of AI systems could lead to problems such as the development of more deadly bio-weapons and more paralysing cyber-attacks.

The word DEADLY is a(n)

- a) adverb.
- b) Verb.
- c) Noun.
- d) Adjective.
- e) Pronoun.

19. READ THE PARAGRAPH BELOW.

Announcing the safety measures, Mr Biden vowed to "harness the power of AI while keeping Americans safe".

The verb that could replace HARNESS, without changing its meaning, is

- a) Neglect
- b) Waste
- c) Misuse
- d) forsake
- e) control

20. READ THE SENTENCE BELOW.

Biden's executive order sets a high initial bar.

The sentence means that

- a) The executive order from Biden sets a minimal baseline.
- b) Biden's executive order establishes a lofty starting point.
- c) The initial standard set by Biden's executive order is relatively low.
- d) Biden's executive order establishes a meager initial standard.
- e) The starting point defined by Biden's executive order is unimpressive.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual pôs veto.

Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi sancionada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

22. Sobre o princípio da "vedação ao retrocesso social" e sua importância no contexto do Direito Constitucional brasileiro, indique a alternativa correta.

- a) É o princípio que proíbe o Estado de reduzir direitos sociais já conquistados, garantindo a manutenção e o aperfeiçoamento das conquistas sociais alcançadas. Sua importância está relacionada à proteção e à preservação dos avanços sociais, impedindo que retrocessos comprometam a dignidade humana e os direitos fundamentais dos cidadãos.
- b) É o princípio que veda a desaplicação de direitos sociais a determinados grupos minoritários, preservando o *status quo* e a estabilidade das relações sociais. Sua importância está relacionada à manutenção da ordem social, evitando mudanças bruscas que possam gerar instabilidade.
- c) É o princípio que assegura a revisão periódica dos direitos sociais previstos na Constituição, permitindo que sejam atualizados conforme as necessidades e o contexto socioeconômico vigente. Sua importância está relacionada à flexibilidade e adaptabilidade das normas sociais.
- d) É o princípio que veda o Estado a retroceder em relação aos direitos sociais, salvo quando houver crises econômicas ou emergências, possibilitando ajustes temporários para garantir a estabilidade financeira. Sua importância está relacionada à responsabilidade fiscal e à gestão das contas públicas.
- e) É o princípio que permite ao Congresso Nacional revogar, apenas em casos específicos, direitos sociais que estejam gerando ônus excessivo ao Estado, visando ao equilíbrio financeiro e à redução de despesas públicas. Sua importância está relacionada ao equilíbrio entre a contenção de gastos governamentais e a manutenção dos direitos sociais.

23. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

24. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

25. A União, ao legislar sobre registros públicos, assegurou a gratuidade dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e da primeira certidão respectiva. A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) contra a edição da lei, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sob argumento de que houve ofensa ao princípio da proporcionalidade. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A referida lei é inconstitucional, uma vez que configura ilegítima intervenção estatal nos serviços exercidos em caráter privado, conforme prevê o artigo 236 da Constituição Federal.
- b) Compete à União apenas fixar normas gerais acerca de registros públicos, sendo da competência estadual a criação das normas específicas.
- c) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é empresarial e sujeita-se a um regime de direito privado, de modo que fere o princípio da proporcionalidade a exigência de que o particular cumpra obrigação do Poder Público de fornecer certidões gratuitamente.
- d) Os estados poderão legislar sobre normas específicas de registros públicos, caso a União faça a delegação de competência por meio de lei complementar.
- e) A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

26. “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

27. O Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de solucionar impasse existente entre os trabalhadores da Guarda Civil Municipal e a Administração do Município de São Bernardo do Campo que culminou na greve dos servidores públicos, opôs dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, uma vez que os servidores públicos são celetistas. A respeito do caso narrado, indique a alternativa correta, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) É competência da justiça comum, federal ou estadual, conforme o caso, o julgamento de dissídio de greve promovida por servidores públicos celetistas.
- b) A Guarda Municipal não é órgão de segurança pública, de modo que os seus servidores fazem jus ao direito de greve, diferentemente do que se aplica aos policiais civis e federais.
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o dissídio de greve promovida por servidores públicos celetistas.
- d) De decisão denegatória proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em única ou última instância, cabe recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) A competência para julgar dissídio de greve de servidores públicos celetistas é da Justiça do Trabalho, ao passo que a competência para julgar dissídio de greve de servidores públicos estatutários é da Justiça Comum.

28. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é órgão temporário destinado a investigar fato determinado e de interesse público. A respeito do tema, indique a alternativa INCORRETA.

- a) A investigação feita pela CPI tem natureza político-administrativa e reflete função atípica do Poder Legislativo.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é nula a intimação de indígena não aculturado para oitiva em CPI, na condição de testemunha, fora de sua comunidade.

- d) Não afronta a Constituição Federal norma regimental da Câmara dos Deputados que limita o número de CPI em funcionamento simultâneo.
- e) A CPI tem poderes próprios para determinar a quebra de sigilo bancário de pessoa investigada, mas não tem poderes para promover a quebra de sigilo das comunicações telefônicas.

29. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

30. De acordo com a Constituição Federal brasileira, o órgão competente para resolver conflitos federativos que envolvam questões relativas à repartição de competências tributárias entre a União, os Estados e o Distrito Federal é o:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Congresso Nacional.
- e) Conselho Nacional de Política Fazendária.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

31. Acerca das agências reguladoras e suas características no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta:

- a) são entidades administrativas vinculadas às autarquias especiais e desprovidas de personalidade jurídica própria.
- b) a sua natureza especial é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.
- c) as agências reguladoras são as autarquias ou fundações públicas qualificadas pelo chefe do Executivo que celebram contrato de gestão com órgão da administração pública.
- d) por possuírem independência, não se submetem ao controle externo realizado pelos tribunais de contas.
- e) os membros do colegiado das agências reguladoras são nomeados pelo chefe do Executivo para o exercício de suas funções por prazo indeterminado.

32. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Acerca das formas de controle da administração pública, assinale a opção correta:

- a) o controle legislativo não incide sobre os atos praticados pelo Poder Judiciário, dada a previsão constitucional de autonomia financeira desse poder.
- b) o controle interno será realizado apenas após a prática dos atos, evitando-se a manutenção de atos que causem desperdício ou uso indevido de recursos públicos.
- c) o Tribunal de Contas possui competência emitir parecer prévio acerca das contas do Presidente da República, não cabendo o julgamento ficto dessas contas por decurso de prazo.
- d) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo, cuja execução caberá ao próprio Tribunal,

após o decurso do prazo de noventa dias sem as providências cabíveis.

- e) os contratos devem ser sustados diretamente pelos Tribunais de Contas, quando verificada ilegalidade e não atendidas as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

33. O sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021 sobre o tema, é correto afirmar:

- a) é vedado o estabelecimento de preços diferentes, mesmo que o objeto seja entregue em locais diferentes.
- b) é permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nos casos de alimentos perecíveis.
- c) é inviável a utilização do sistema de registro de preços nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- d) a ata de registro de preços ficará vigente por um ano, admitida prorrogação, desde que o prazo máximo não ultrapasse os limites dos prazos contratuais definidos na Lei nº 14.133/2021.
- e) a contratação da execução de obras pelo sistema de registro de preços somente será permitida para objetos não padronizáveis, sem complexidade técnica e operacional.

34. Suponha que determinado órgão público tenha firmado contrato de serviços contínuos de manutenção de equipamentos, com vigência de dez meses e sem envolver a contratação de mão de obra. Referido contrato não possuía cláusula prevendo o reajustamento dos preços. Porém, em razão dos efeitos da inflação, após constatar a diminuição do poder de compra dos valores inicialmente pactuados, a sociedade empresária contratada requisitou o reajustamento dos preços após o decurso de seis meses desde a elaboração do orçamento estimado.

Acerca da situação hipotética acima e com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021 sobre os contratos administrativos, a Administração Pública deverá, diante do pedido de reajustamento em sentido estrito:

- a) atender ao pedido e conceder o reajuste, pois o contratado faz jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que foi comprometido em razão da inflação.
- b) rejeitar o pedido, em razão da ausência de previsão contratual e independentemente do momento em que o pedido foi formulado, uma vez que não há obrigatoriedade legal de concessão de reajuste.
- c) rejeitar o pedido em razão do momento em que foi formulado, uma vez que a legislação somente admite o reajuste após o decurso de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- d) revisar o contrato, mediante aditamento, promovendo a alteração contratual com atualização do valor, devendo dar publicidade ao aditamento da mesma forma como procedeu a divulgação do contrato.
- e) não houve ilegalidade em razão da ausência de previsão de cláusula de reajuste, uma vez que o prazo contratual é inferior a um ano.

35. Jorge é agente público e foi indicado em representação por supostamente praticar ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito. A representação foi devidamente instruída com os requisitos legais, o que ensejou a instauração do inquérito civil no âmbito do Ministério Público, com consequente propositura de ação de improbidade administrativa. Durante a tramitação da ação, Jorge questionou o seu advogado sobre a possível prescrição, sendo-lhe corretamente informado que:

- a) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções na Lei de Improbidade podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- b) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade interrompe o curso do prazo prescricional por cento e oitenta dias.
- c) o inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo improrrogável de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- d) o prazo da prescrição da ação de improbidade, que é de oito anos, é interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa, recomeçando a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo prescricional original.
- e) a publicação da sentença absolutória interrompe o prazo prescricional.

36. Suponha que João tenha sido atingido por uma bala perdida durante um confronto entre policiais e criminosos. Nessa situação, é correto afirmar, acerca da responsabilidade civil estatal, com base em entendimento dos tribunais superiores que:

- a) se a perícia for inconclusiva sobre a origem do disparo, ficará excluída a responsabilidade civil estatal, em razão da ausência da comprovação do nexa causal entre a ação estatal e o dano.
- b) no caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexa causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido.
- c) o Estado responde objetivamente, desde que comprovado o dolo ou culpa no desfecho trágico da operação policial.
- d) a responsabilidade nesse caso é objetiva e integral, sendo incabível a demonstração das excludentes de ilicitude.
- e) a ação de agentes estatais munidos de armamento letal, em área urbana densamente povoada, deflagrando ou reagindo a confronto com criminosos, demonstra que o Estado assumiu o risco do resultado, devendo responder subjetivamente caso o particular prove o dolo ou a culpa dos agentes envolvidos.

37. Acerca dos princípios e critérios que regem o processo administrativo em âmbito federal, com base na Lei nº 9.784/1999 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

- a) o princípio do informalismo ensina que o processo administrativo pode ser instaurado por iniciativa da própria Administração (de ofício), independentemente de iniciativa dos particulares.
- b) em razão do princípio da gratuidade, é vedada a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo, salvo expressa previsão legal.
- c) o processo administrativo deve sujeitar-se ao princípio da solenidade das formas, segundo o qual está sujeito a formas rígidas, devidamente previstas em lei.

- d) em razão do princípio da verdade material, admite-se a utilização de provas ilícitas, desde que não sejam produzidas no processo administrativo, mas fornecidas judicialmente em outros procedimentos, como na ação penal, quando servirem para elucidar os fatos apurados.
- e) após ser concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, em atenção ao princípio da razoável duração do processo.

38. Ao servidor federal é assegurada licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial, nos termos da Lei nº 8.112/1990. Com base nas disposições do Estatuto, é correto afirmar:

- a) a licença será deferida mesmo que a assistência direta do servidor seja dispensável.
- b) o servidor faz jus à licença, desde que possa prestar a assistência ao parente simultaneamente com o exercício do cargo.
- c) a licença, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses, por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.
- d) o servidor faz jus à licença por até 90 (noventa) dias consecutivos, mantida sua remuneração.
- e) a licença poderá ser concedida a cada período de doze meses, que terá seu início contado a partir de cada período de licença concedido.

39. De acordo com a Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 – acerca dos prazos e condições estabelecidos para o órgão ou entidade pública responder a um pedido de informação, é correto afirmar que:

- a) o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- b) se não for possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, no prazo improrrogável de cinco dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
- c) no prazo improrrogável de vinte dias, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.
- d) o acesso deve ser concedido imediatamente, inclusive quando se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, vedada a interposição de recursos.
- e) é vedado o fornecimento de informações armazenadas em formato digital.

40. Com relação aos conceitos e princípios que regem a administração pública, assinale a opção correta:

- a) a partir da Constituição de 1988, o princípio da moralidade passou a integrar o rol de princípios constitucionais, e, assim como o princípio da legalidade, sobrepõe-se aos demais.
- b) o princípio da publicidade ganhou destaque e foi incluído no texto constitucional após a publicação da Lei de Acesso à Informação.
- c) um dos sentidos do princípio da legalidade, denominado estrita legalidade, consiste no fato de que a Administração só poderá agir quando houver previsão legal.
- d) é unânime o entendimento de que o princípio da eficiência autoriza que, de forma excepcional, a Administração deixe de aplicar as regras legais, se isso se mostrar mais relevante ao atendimento do interesse público.
- e) encontra fundamento no princípio da impessoalidade a utilização de símbolos que caracterizem a promoção pessoal de autoridades para divulgação de atos e programas de governo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Moccelin

41. Sobre uma banca organizadora de concursos públicos, um concurseiro afirmou:

"Se a banca for organizada, então não são necessárias anulações."

Considere as quatro novas afirmações:

- I. Se a banca não for organizada, então são necessárias anulações.
- II. Se forem necessárias anulações, então a banca não é organizada.
- III. A banca não é organizada ou não são necessárias anulações.
- IV. A banca é organizada ou são necessárias anulações.

Dessas quatro novas afirmações, são equivalentes à afirmação do concurseiro:

- a) somente I
- b) somente II
- c) somente I e IV
- d) somente II e III
- e) somente II e IV

42. Considere a seguinte afirmação:

"Se Joaquim é sábio, então é disciplinado".

A negação dessa afirmação é

- a) Joaquim não é sábio ou é disciplinado.
- b) Joaquim é sábio ou não é disciplinado.
- c) Se Joaquim não é disciplinado, então não é sábio.
- d) Joaquim não é disciplinado e é sábio
- e) Joaquim é disciplinado e não é sábio.

43. Joaquim iniciou um tratamento que consiste em tomar um comprimido dia sim, dia não. Ele deve tomar todos os comprimidos de uma embalagem que contém 35 comprimidos.

Se ele tomou o primeiro comprimido em uma segunda-feira, então ela tomou o último comprimido em:

- a) uma sexta-feira.
- b) um sábado.
- c) um domingo.
- d) uma segunda-feira.
- e) uma terça-feira.

44. Cinco amigos foram a uma peça de teatro e sentaram em cinco poltronas consecutivas numeradas de 1 a 5, da esquerda para a direita. Antes de a peça começar, Arnaldo foi comprar guloseimas e, ao voltar, Bernaldo tinha avançado três poltronas para a direita e Cernaldo, Dernaldo e Ernaldo tinham avançado, cada um, uma poltrona para a esquerda. A poltrona vazia que sobrou para Arnaldo foi a poltrona de número 1. Antes de sair para comprar guloseimas, Arnaldo estava sentado na poltrona de número:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

45. Considere que as seguintes declarações são verdadeiras

- I. Pelo menos uma Xolofômpila também é Chinforímpula;
 - II. Toda Chinforímpula também é Churrumino.
- A esse respeito, assinale a afirmativa correta.
- a) Todo Churrumino também é Chinforímpula.
 - b) Todo Churrumino também é Xolofômpila.
 - c) Se não é Chinforímpula então é Churrumino.
 - d) Qualquer Xolofômpila também é Churrumino.
 - e) Existe um Churrumino que também é Xolofômpila.

46. Se Maurício é engenheiro, então Joaquim é carpinteiro. Se Leandro é concursário, então Joaquim não é carpinteiro. Se Leandro não é concursário, então Natanael é fazendeiro. Sabe-se que Natanael não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leandro é concursário ou Maurício é engenheiro.
- b) Maurício é engenheiro ou Joaquim é carpinteiro.
- c) Joaquim é carpinteiro e Natanael não é fazendeiro.
- d) Maurício não é engenheiro e Leandro não é concursário.
- e) Joaquim não é carpinteiro e Leandro não é concursário.

47. Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

Se Paulo é pedreiro, então Jair é jardineiro.

Se Geraldo não é ginasta, então Jair não é jardineiro.

Se Geraldo é ginasta, então Paulo não é pedreiro.

É correto deduzir que:

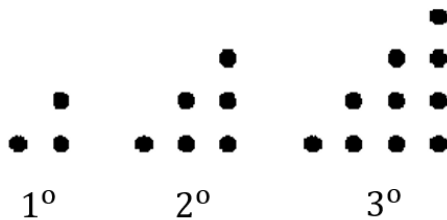
- a) Geraldo é ginasta.
- b) Geraldo não é ginasta.
- c) Paulo não é pedreiro.
- d) Paulo é pedreiro.
- e) Jair não é jardineiro.

48. Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo foram nomeados no concurso da Câmara dos Deputados e resolveram comprar camisas novas para o dia da posse. Um deles comprou uma camisa cinza, outro comprou uma preta e o outro uma azul. Cada um comprou em um lugar diferente: loja A, loja B e loja C, não necessariamente nesta ordem. A camisa de Bernaldo não é azul nem foi comprada na loja C. Arnaldo comprou a sua camisa na loja B. A camisa de Cernaldo não é cinza nem azul.

As cores e as lojas em que foram compradas as camisas de Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, são respectivamente:

- a) Azul - loja B; cinza - loja A; preto - loja C.
- b) Azul - loja B; cinza - loja C; preto - loja B.
- c) Cinza - loja B; azul - loja A; preto - loja C.
- d) Cinza - loja B; azul - loja C; preto - loja A.
- e) Preto - loja C; azul - loja B; cinza - loja A.

49. Considere a seguinte sequência:



O total de pontos do décimo termo é:

- a) 68
- b) 66
- c) 58
- d) 55
- e) 46

50. Considere os argumentos a seguir

Argumento I	Argumento II
Premissa 1: Corujas, patos e urubus têm olhos.	Premissa 1: Todo réptil voa.
Premissa 2: Corujas, patos e urubus são aves.	Premissa 2: Patos são répteis.
Conclusão: Aves têm olhos.	Conclusão: Patos voam.

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente o método de inferência utilizado em cada argumento.

- a) I - Dedução; II - Dedução.
- b) I - Dedução; II - Indução.
- c) I - Indução; II - Dedução.
- d) I - Abdução; II - Dedução.
- e) I - Indução; II - Abdução.

INFORMÁTICA E DADOS

Emannuelle Gouveia

51. Sobre impressoras, das letras abaixo, marque a correta:

- a) A impressora matricial deve ser substituída por uma tecnologia mais moderna
- b) A impressora jato de tinta deve ser usada quando desejamos imprimir muito e com qualidade de impressão
- c) A impressora matricial deve ser usada quando desejamos imprimir muito, gastando pouco e sem a preocupação com a qualidade da impressão
- d) A impressora laser deve ser usada quando desejamos imprimir pouco e com qualidade de impressão
- e) A impressora térmica apresenta impressão permanente que não sofre desgaste com o tempo.

52. O menu que permite a alteração do formato da data e da hora do sistema e que pode ser encontrado no item "Hora e Idioma" do menu Configurações do Windows 10 é o:

- a) Data e Hora.
- b) Idioma.
- c) Fala.
- d) Redes.
- e) Região.

53. Marque a letra que apresenta apenas Bibliotecas padrão no Windows 10.

- a) Documentos, imagens e músicas apenas
- b) Meu computador, vídeos e disco local
- c) Disco Local e Redes
- d) Documentos, imagens, músicas e vídeos.
- e) Downloads e músicas apenas

54. No Word, temos dois tipos de notas: a Nota de Fim e a Nota de rodapé. A Nota de Fim vem no fim do documento e a nota de Rodapé vem no:

- a) Rodapé.
- b) Fim da página, acima do rodapé.
- c) No canto inferior direito da página obrigatoriamente
- d) Comentário.
- e) Macros.

55. Na funcionalidade de Formatação Condicional do Excel, encontramos vários recursos para que o usuário possa aplicar efeitos visuais e de formatação em geral em suas planilhas obedecendo a regras e condições pré-definidas. Das letras abaixo, marque a que não está dentre as opções ofertadas nesse menu.

- a) Inserção de Alertas
- b) Realçar Regras das Células.
- c) Regras de Primeiros/Últimos
- d) Barras de Dados
- e) Escalas de Cor

56. No Powerpoint para iniciar a apresentação do slide atual devemos usar a seguinte combinação de teclas:

- a) shift + F5
- b) shift + F3
- c) ctrl + F5
- d) shift + ctrl + F5
- e) shift + F2

57. Sobre o Google Chrome é incorreto afirmar:

- a) Utiliza a busca case sensitive por padrão.
- b) Possibilita a busca de elementos por cores.
- c) Permite ativar ferramentas de proteção a navegação como antiphishing.
- d) Possibilita o armazenamento de senhas.
- e) Disponibiliza operadores que podem ser usados para reduzir a busca ao mais próximo possível do que o usuário deseja.

58. Das letras abaixo, marque aquela que exhibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.
- e) IRC

59. Ataque que realiza o sequestro dos dados. Ao invadir uma máquina os dados do usuário são criptografados e é solicitado um resgate para a sua liberação. Essa situação descreve um ataque de:

- a) Spyware
 - b) Ransomware.
 - c) Phishing
 - d) Pharming.
 - e) Cookie.
-

60. Os dados, de acordo com a evolução do seu uso e manipulação, passaram por várias classificações. Das letras abaixo marque a que não indica um tipo de dado válido.

- a) dado estruturado
- b) dado semiestruturado
- c) dado não estruturado
- d) dado aberto
- e) dado exequível

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emerson Douglas

61. Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara. Sobre a eleição da Mesa, nos termos de seu Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e sob a luz da Constituição Federal de 1988 (CF), encontre a única alternativa correta.

- a) A deputada Pitty Leone disse que os partidos e blocos escolherão seus candidatos aos cargos da Mesa que lhes caibam, de acordo com o princípio da representação proporcional, permitindo candidatos avulsos de outras bancadas.
- b) Na eleição da Mesa será realizado segundo escrutínio com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar a maioria absoluta. Caso haja empate nessa segunda votação, haverá terceiro escrutínio.
- c) O presidente da Câmara, Humberto Gessinger, é quem deverá proclamar o resultado final da eleição para cada cargo da Mesa. Ele também terá de marcar imediatamente a data de posse solene dos recém-eleitos.
- d) No caso de avaria do sistema eletrônico de votação, a eleição da Mesa deverá ser transferida para o próximo dia útil. Caso a votação eletrônica ainda

não seja possível, serão usadas cédulas impressas ou datilografadas.

- e) Em uma votação por cédulas, haverá a colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto. Essas sobrecartas serão colocadas em quatro urnas, à vista do Plenário, explicou o analista Renato Russo.

62. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) estabelece as competências do presidente, da Mesa e dos seus membros. Sobre esse tema, analise as assertivas e marque a única certa nos termos do RICD e da CF.

- a) O Primeiro Secretário da Câmara, Saulo Fernandes, é quem deve anunciar o projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões e a fluência do prazo para interposição do recurso.
- b) Compete à presidente da Câmara, Ivete Sangalo, anunciar o resultado da votação. No entanto, cabe à Mesa declarar a prejudicialidade de certa proposição.
- c) A presidente Ivete terá de organizar, ouvido o Colégio de Líderes, a agenda com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente, para distribuição aos deputados.
- d) Designar a Ordem do Dia das sessões, na conformidade da agenda mensal, é competência da presidente Ivete Sangalo. O RICD não permite quaisquer alterações ao previsto na agenda.
- e) Aplicar censura verbal ou escrita a deputado é uma competência da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, afirmou o analista legislativo Bell Marques.

- 63.** Compete ao Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual (Comitê) receber denúncias de Parlamentares, de servidoras efetivas, de comissionadas, de terceirizadas, de estagiárias e de visitantes da Câmara contra assédio moral ou sexual, observadas algumas regras estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Sobre os órgãos que compõem a Secretaria da Mulher, analise as assertivas e crave a correta.
- a) Mesmo se não houver fundados motivos para o encaminhamento da denúncia de assédio, o relatório do Comitê não poderá ser arquivado, explicou Lester Burnham, do Partido da Beleza Americana.
 - b) O Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual não poderá preservar a identidade das partes ou de quem prestar depoimento, alertou Rick Deckard, do Partido dos Andróides.
 - c) Caso o denunciante seja homem, o Comitê também poderá receber denúncias de assédio, observados os mesmos procedimentos, podendo, ainda, a pedido, designar integrante do sexo masculino para compor o Comitê de forma perene.
 - d) A Procuradoria da Mulher será constituída de uma Procuradora e de duas Procuradoras Adjuntas, eleitas pelas deputadas da Casa, na 1ª e na 3ª sessões legislativas da legislatura, com mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - e) Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas. Dessa forma, a atual Procuradora da Mulher, deputada Amy Dunne, não poderá ser mantida para o biênio 2025-2026.
- 64.** Os órgãos da Câmara e sua competência são assuntos relevantes no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Sobre esse tema e seu possível alcance, nos termos do RICD, sempre à luz da Constituição Federal (CF), marque a única alternativa correta.
- a) Implementar ações que facilitem o alcance dos veículos de comunicação da Câmara no território nacional compete, inclusive, à Secretaria da Transparência, cujo titular é o deputado Jules Winnfield, do Partido Pulp Fiction.
 - b) O secretário de Comunicação Social, Patrick Bateman, do Partido Psicopata Americano, foi escolhido pelo presidente da Câmara dentre os deputados no exercício do mandato, mas poderá ser substituído a qualquer tempo.
 - c) Por sua vez, o secretário de Participação, Interação e Mídias Digitais, Daniel Plainview, do Partido Sangue Negro, foi escolhido pela Mesa da Câmara, entre os deputados no exercício do mandato, para mandato de dois anos, sem recondução.
 - d) Compete à Secretaria da Transparência supervisionar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 2011) no âmbito da Câmara, podendo sancionar servidores com censura escrita, após apuração, garantida a ampla defesa.
 - e) A senadora Uma Thurman, do Partido Kill Bill, é a nova secretária de Transparência da Câmara. Ela foi deputada (2019-2022) e agora retorna para esse desafio, no biênio 2023-2024, a convite do presidente da Câmara, Bill Carradine.

- 65.** A Câmara dos Deputados possui 30 comissões permanentes. Cada uma delas com sua respectiva área temática, que não é exclusiva. Há diversos assuntos que competem a mais de uma comissão permanente para a emissão de parecer de mérito. Sobre esse tema e seus desdobramentos, nos termos do RICD, encontre a única correta.
- a) Assuntos referentes aos povos quilombolas terão seu mérito, em regra, avaliado pela Comissão de Educação da Câmara, explicou o analista legislativo Dexter Morgan.
 - b) Por sua vez, a consultora legislativa Rita Bennett afirmou que a preservação e a proteção das culturas populares e étnicas do País é área temática da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDH).
 - c) Já a deputada Debra Morgan, explicou que recursos humanos da educação são da alçada da Comissão de Educação. No entanto, os recursos financeiros para a educação competem à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
 - d) Sistema de poupança, bem como captação e garantia da poupança popular são afetos à Comissão de Desenvolvimento Econômico, asseverou o deputado Angel Batista, do Partido Policial.
 - e) O sistema financeiro da habitação é tema afeto, no mérito, com exclusividade, à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), lecionou a deputada Maria Laguerta, do Partido Policial.
- 66.** As comissões permanentes da Câmara são de caráter técnico-legislativo ou especializado que integram a estrutura institucional da Casa, coparticipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar. Sobre as competências específicas das comissões permanentes, nos termos do RICD, marque a única alternativa correta.
- a) O desenvolvimento e integração da região amazônica e seus planos regionais, bem como o incentivo regional da Amazônia. Tudo isso está área temática da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.
 - b) Aspectos relativos a serviços de aplicações, dados, meios e redes digitais são afetos à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, afirmou o analista legislativo da Câmara Machado de Assis.
 - c) Matérias relativas a direito comercial, societário, falimentar e econômico competem ao crivo da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, assinalou Guimarães Rosa, do Partido Sertanista.
 - d) O consultor legislativo Carlos Drummond lecionou que direito de família e do menor, além de matérias relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente são todas da alçada da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.
 - e) Reforma administrativa e direito administrativo em geral são afetos à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), informou a deputada Clarice Lispector, do Partido Estelar.

- 67.** Ao termo dos trabalhos a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados. Sobre as CPIs e demais comissões da Câmara, nos termos do RICD, marque a única correta.
- a) Relatório final de CPI será encaminhado pelo Presidente da Câmara, Mário Reis, à Comissão Temporária que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar as providências saneadoras do Poder Executivo.
 - b) Uma CPI da Câmara poderá encaminhar diretamente seu relatório final à Comissão Mista Permanente de Orçamentos (CMO) e ao Tribunal de Contas da União, avisou Braguinha, do Partido da Chiquita Bacana.
 - c) As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Presidente Mário Reis, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeitas à deliberação da Mesa quando importarem ônus para a Casa.
 - d) O Presidente da Câmara, Mário Reis, convocará as Comissões Permanentes para se reunirem para a instalação de seus trabalhos e eleição dos respectivos Presidente, Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes.
 - e) Se vagar o cargo de Vice-Presidente de comissão permanente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de três meses para o fim do mandato, caso em que será provido mediante sorteio eletrônico.
- 68.** No desenvolvimento dos seus trabalhos, as Comissões da Câmara dos Deputados observarão diversas normas. Sobre esse assunto fundamental e seus possíveis desdobramentos, com base no RICD, encontre a única assertiva certa.
- a) Se o voto do Relator não for adotado pela Comissão, a redação do parecer vencedor será feita até a reunião ordinária seguinte pelo Relator substituto, salvo se vencido ou ausente, caso em que será realizado novo sorteio para o redator.
 - b) Para o efeito da contagem dos votos relativos ao parecer serão considerados favoráveis os votos "pelas conclusões", "com restrições" e "em separado" não divergentes das conclusões, explicou Elizeth Cardoso, analista legislativa.
 - c) Nenhuma irradiação ou gravação poderá ser feita dos trabalhos de uma Comissão sem prévia autorização do Presidente da Câmara, observadas as diretrizes fixadas pela Mesa.
 - d) Após a fluência do prazo recursal, o avulso da Ordem do Dia de cada sessão deverá consignar a data final para interposição do recurso contra a apreciação conclusiva de certa matéria.
 - e) Recurso contra a apreciação conclusiva terá de ser assinado por 53 deputados, pelo menos, e indicará expressamente o que será objeto de deliberação do Plenário, alertou Edu Lobo, do Partido Arrastão.

- 69.** Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas diversas regras. Nos termos do RICD, marque a correta sobre as sessões da Câmara dos Deputados.
- a) Referindo-se em discurso a colega, o Deputado Moraes Moreira deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Magnificência ou de Alteza. Mas quando a ele se dirigir, o Deputado Moreira dar-lhe-á o tratamento de Excelência.
 - b) A qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário, com exceção de ervas medicinais expressamente aprovadas por Ato da Mesa, observou o consultor legislativo Alceu Valença.
 - c) No recinto do Plenário, durante as sessões, haverá lugares na tribuna de honra reservados para convidados, como Martinho da Vila, e membros do Corpo Eclesiástico, bem como para os jornalistas credenciados.
 - d) Nas sessões solenes, quando permitido o ingresso de autoridades no Plenário, os convites serão feitos de maneira a assegurar aos convidados lugares determinados, mas não é necessária essa providência aos Deputados da Casa.
 - e) Nenhum discurso poderá ser interrompido ou transferido para outra sessão, salvo se findo o tempo a ele destinado, ou da parte da sessão em que deve ser proferido, e em diversas hipóteses regimentais.
- 70.** A sessão secreta será convocada com a indicação precisa de seu objetivo por deliberação do Plenário, se o requerimento for subscrito por Líder ou um quinto da Câmara. Já a comissão geral, ao ser alcançada a sua finalidade, a sessão terá andamento a partir da fase em que se encontrariam os trabalhos. Sobre sessão secreta e comissão geral, nos termos do RICD, marque a única certa.
- a) Na hipótese de comissão geral para discutir projeto de iniciativa popular, poderá usar da palavra qualquer signatário do projeto ou Deputado, indicado pelo seu autor, por 30 minutos, sem apartes.
 - b) Se aprovado o requerimento, será secreta a sessão em que a Câmara deva deliberar sobre declaração de guerra ou acordo sobre a paz, explicou Nelson Gonçalves, do Partido Sentimental eu sou.
 - c) Depois de levantada a sessão secreta, a ata respectiva será aprovada e, juntamente com os seus documentos, encerrada em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelos membros da Mesa, e recolhida ao Arquivo.
 - d) Será permitido a Senador que houver participado dos debates da sessão secreta reduzir seu discurso a escrito para ser arquivado num segundo envelope igualmente lacrado, que se anexará ao primeiro invólucro.
 - e) Só Deputados poderão assistir às sessões secretas do Plenário. Senadores, Ministros e testemunhas, quando convocados, participarão apenas durante o tempo necessário, alertou Maysa Matarazzo, do Partido Meu mundo caiu.

- 71.** A Câmara dos Deputados exerce a sua função legislativa por via de projeto de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Constituição. Sobre os projetos no âmbito da Câmara, nos termos do RICD, marque a única correta.
- a) Os projetos de lei aprovados conclusivamente pelas Comissões, junto com seus documentos indispensáveis, não serão publicados durante a fluência do prazo para eventual apresentação do recurso de um décimo dos Deputados.
 - b) Destinam-se os projetos de lei e de decreto legislativo a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República, Naná Vasconcelos, do Partido do Berimbau.
 - c) Projetos de decreto legislativo e de resolução podem ser apresentados por qualquer Deputado ou Comissão, quando não sejam de iniciativa privativa da Mesa ou de outro colegiado, asseverou João Bosco, do Partido da Miss Suéter.
 - d) Um projeto de resolução, apesar da hierarquia infralegal, mas com eficácia de lei ordinária, vai regular matérias da competência privativa da Câmara, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou um caso concreto.
 - e) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros da Câmara.
- 72.** Na Câmara, logo que voltar das Comissões a que tenha sido remetido, o projeto será anunciado no expediente, publicado com os respectivos pareceres no Diário da Câmara e distribuído em avulsos. Sobre a tramitação e recebimento de proposições, nos termos do RICD, marque a única alternativa correta.
- a) O parecer contrário a uma emenda obsta que a proposição principal siga seu curso regimental, alertou Lobão, do Partido Vida Louca Vida.
 - b) Decorridos os prazos regimentais para tramitação nas Comissões ou no Plenário, o Autor ou Relator de proposição, que já tenha recebido pareceres dos órgãos técnicos, poderá requerer ao Presidente a inclusão da matéria na Ordem do Dia.
 - c) A Presidência devolverá ao Autor a proposição inconstitucional. Mas poderá o Autor recorrer à decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, disse Jacob do Bandolim, do Partido do Choro.
 - d) Eumir Deodato, do Partido dos Arranjos, lecionou que se consideram distribuídos os avulsos, para todos os fins, uma vez disponibilizados no Sistema de Tramitação e Informação Legislativas e impressos, bem como entregues a cada Deputado.
 - e) As proposições terão numeração anual em séries específicas e, quando couber, em comum com o Senado. Assim, a Proposta de Emenda à Constituição 15, de 2023, será assim chamada nas duas Casas Legislativas.

- 73.** As proposições em tramitação na Câmara são subordinadas, na sua apreciação, a turno único, excetuadas as propostas de emenda à Constituição e os demais casos expressos no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Sobre a tramitação das proposições, nos termos do RICD, marque a única certa.
- a) O projeto de lei complementar segue a regra geral regimental e está sujeito à apreciação em turno único, informou Orlando Silva, do Partido do Cantor das multidões.
 - b) Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo no caso dos requerimentos orais, que serão decididos pelo Plenário, mas sem discussão, explicou Lupicínio Rodrigues, do Partido da Dor de cotovelo.
 - c) Inclusive a matéria em regime de urgência, é de duas sessões o interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das Comissões e o início da discussão ou votação correspondente.
 - d) Quanto à natureza de sua tramitação podem ser urgentes as proposições sobre declaração de guerra, celebração de paz, ou remessa de forças brasileiras para o exterior, assinalou Otilia Amorim, do Partido da Desgraça pouca é bobagem.
 - e) Somente em caso de guerra é que serão urgentes as proposições sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal e sobre a autorização ao Vice-Presidente da República para se ausentar do País.
- 74.** O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá desviar-se da questão em debate, usar de linguagem imprópria ou ultrapassar o prazo regimental. Já o aparte é a interrupção, breve e oportuna, do orador para indagação, ou esclarecimento, relativos à matéria em debate. Sobre esses temas e correlatos, com base no RICD, marque a alternativa correta.
- a) No uso da palavra, o Deputado Egberto Gismonti, do Partido Instrumental, pode falar sobre o vencido, mas não poderá falar em sentido diverso daquele para o qual se inscreveu, sob pena de retirada a palavra.
 - b) O Deputado Lô Borges, do Partido Sonhos não envelhecem, somente poderá apartear o orador se lhe solicitar e obtiver permissão, devendo permanecer sentado ao fazê-lo.
 - c) Não será admitido aparte à palavra do Presidente, a parecer oral, nem quando o orador estiver suscitando questão de ordem, ou falando para reclamação, lecionou Marcelo Camelo, do Partido Los Hermanos.
 - d) Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais, salvo expressa autorização do orador Marcelo D2, do Partido Planet Hemp.
 - e) O requerimento de adiamento de discussão de proposição em regime de urgência deve ser subscrito por, pelo menos, dois terços dos membros da Câmara ou por Líderes que representem esse número.

- 75.** A proposição, ou seu substitutivo, será votada sempre em globo, ressalvada a matéria destacada ou deliberação diversa do Plenário. As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário de todas as Comissões. Nos termos do RICD, marque a única alternativa correta.
- a) No grupo das emendas com parecer favorável se incluem aquelas sobre as quais tenham se manifestado pela rejeição as Comissões competentes para o exame do mérito, mas consideradas constitucionais e orçamentariamente compatíveis.
 - b) A emenda que tenha pareceres divergentes e as emendas destacadas serão votadas uma a uma, conforme sua ordem e natureza, ou serão votadas em conjunto, em grupo especial.
 - c) Não será submetida a votos nem cabe recurso para uma emenda declarada injurídica pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), ou financeira e orçamentariamente incompatível pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
 - d) O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado como série de emendas e sempre será votado em globo, alertou Odair José, do Partido Vou tirar você desse lugar.
 - e) Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as emendas a este oferecidas, ressalvadas as emendas ao substitutivo e todos os destaques, explicou Lanny Gordin, do Partido Guitarristas MPB.
- 76.** A Câmara apreciará proposta de emenda à Constituição (PEC) desde que não se esteja na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio e que não proponha a abolição da Federação, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes e dos direitos e garantias individuais. Nos termos do RICD, marque a única alternativa correta.
- a) A proposta de emenda à Constituição será despachada pelo Presidente da Câmara, Johnny Alf, à CCJ, que se pronunciará sobre sua admissibilidade e mérito, devolvendo à Mesa com o parecer.
 - b) Admitida a PEC, o Presidente Alf designará Comissão Especial para o exame do mérito da proposição, a qual terá 40 membros na sua constituição.
 - c) Será aprovada a PEC que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos membros da Câmara, em votação simbólica. Ou seja, ao menos 308 votos favoráveis em cada turno.
 - d) Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com as suas normas especiais, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei, diz Dolores Duran, do Partido Jovem para sempre.
 - e) Quando ultimada na Câmara a aprovação da proposta, será o fato comunicado ao Presidente do Senado, Jards Macalé, e convocada sessão para a promulgação da emenda pela Mesa do Congresso Nacional.

- 77.** O Regimento Interno (RICD) poderá ser modificado por meio de projeto de resolução de iniciativa de Deputado, da Mesa, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial para esse fim criada. Sobre isso e a respeito de pedido para processar criminalmente determinadas autoridades, com base no RICD, marque a única alternativa correta.
- a) No caso de criação de uma Comissão Especial por deliberação da Câmara, dela deverá fazer parte um membro da Mesa ou um suplente de Secretário, alertou Arrigo Barnabé, do Partido Clara Crocodilo.
 - b) A apreciação do projeto de alteração ou reforma do RICD obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de resolução. E a Mesa fará a consolidação e publicação das alterações regimentais antes de findo cada biênio.
 - c) A solicitação do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Vice-Presidente da República será recebida pelo Presidente da Câmara, que notificará o acusado e despachará o expediente à CCJ.
 - d) Esse parecer da CCJ será lido no expediente, publicado no Diário da Câmara, distribuído em avulsos e incluído na Ordem do Dia. Encerrada a discussão, será o parecer submetido a uma deliberação por votação secreta.
 - e) Se, da aprovação do parecer por ao menos 308 membros da Casa, resultar admitida a acusação, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, advertiu Djavan, do Partido Um dia frio um bom lugar pra ler um livro.
- 78.** As vagas, na Câmara, verificar-se-ão em virtude de falecimento, renúncia ou perda de mandato. Sobre esse tema e seus desdobramentos, nos termos do RICD, encontre a única assertiva correta.
- a) A declaração de renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida por escrito à Mesa e depende de aprovação da Câmara, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente ou disponibilizada no Diário da Câmara.
 - b) Considera-se “perda do mandato” se o Deputado não prestar compromisso no prazo regimental, bem como se um Suplente convocado não se apresentar para o exercício no prazo, delineou Lenine do Partido Eu finjo ter paciência.
 - c) Zeca Pagodinho, do Partido Deixa a vida me levar, após a posse, acumulou o cargo de deputado federal com o de vereador por alguns meses. Agora a possível perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados, em votação ostensiva.
 - d) Já Herbert Vianna, do Partido Paralamas, está sendo acusado de ato incompatível com o decoro parlamentar. Nesse caso, a CCJ deverá emitir parecer antes da decisão do Plenário da Câmara.
 - e) Rodrigo Amarante, do Partido Lisbela e Anna Júlia, deixou de comparecer a 36 das 120 sessões ordinárias da Câmara em 2023, sem estar em licença ou missão. Agora a Mesa deverá declarar a perda do seu mandato, mas com ampla defesa.

79. A Mesa fará manter a ordem e a disciplina nos edifícios da Câmara e suas adjacências. Sobre a polícia da Câmara e suas implicações e meandros, bem como em relação às disposições finais, nos termos do RICD, encontre a única correta.

- a) Quando, nos edifícios da Câmara, for cometido algum delito, será instaurado inquérito a ser presidido pelo diretor de serviços de segurança ou, se o indiciado ou o preso for deputado ou servidor efetivo da Casa, pelo Corregedor ou o substituto.
- b) Servirá de escrivão do inquérito um funcionário efetivo da Câmara, designado pela autoridade que presidir o inquérito. Este será enviado, após sua conclusão, à autoridade judiciária competente, explicou Fred 04, do Partido Mundo Livre S/A.
- c) No flagrante de crime inafiançável, será realizada a prisão do agente da infração, que será entregue com o auto respectivo à autoridade judicial competente. No caso de deputado, não poderá ser preso em virtude da imunidade parlamentar.
- d) Mesmo quando houver expediente ou sessão da Câmara, serão considerados dias não úteis os sábados, domingos e feriados, alertou Lamartine Babo, do Partido dos Hinos de Futebol.
- e) É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências ou edifícios da Câmara dos Deputados, comentou Radamés Gnattali, analista legislativo de Técnica Legislativa.

80. O Deputado poderá obter licença para desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural, bem como para tratamento de saúde, entre outras hipóteses. Nos termos do RICD, encontre a alternativa correta sobre as licenças dos parlamentares no âmbito da Câmara.

- a) O deputado pode se licenciar para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias, ensinou Francisco Alves, do Partido Bota o retrato do velho no mesmo lugar.
- b) A licença a deputado será concedida pelo Presidente da Câmara, Ismael Silva, do Partido do Samba, em todas as hipóteses de afastamentos.
- c) Para obtenção ou prorrogação da licença médica, será necessário laudo de inspeção de saúde, firmado por três médicos da Câmara ou do Senado, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício de seu mandato.
- d) Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de interdição ou comprovada por laudo médico de junta nomeada pela Mesa da Câmara, será o Deputado suspenso do exercício do mandato, sem perda da remuneração.
- e) A junta para avaliar a incapacidade deverá ser constituída, no mínimo, de três médicos de reputada idoneidade profissional, pertencentes aos serviços da Câmara ou do Senado, observou Jamelão, do Partido da Mangueira.

REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL*Emerson Douglas*

- 81.** À Comissão Representativa do Congresso Nacional (CRCN) compete zelar pelas prerrogativas do Congresso Nacional (CN), de suas Casas e de seus membros. Além de zelar pela preservação da competência legislativa do Congresso Nacional em face da atribuição normativa dos outros Poderes. Nos termos da Resolução CN 3/1990, que compõe o Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN), encontre a única certa.
- a) Em regra, é competência da CRCN autorizar o Vice-Presidente da República, Nando Reis, a se ausentar do País de 7 a 25 de janeiro de 2024, se requerida por mensagem de 3 de janeiro do mesmo ano.
- b) Cabe à CRCN deliberar sobre a anulação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, desde que se caracterize a necessidade da medida cautelar em caráter urgente.
- c) Outra competência da CRCN é fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta, como Caixa ou Banco do Brasil, explanou Edgard Scandurra, do Partido Feliz aniversário envelheço na cidade.
- d) Liminha, do Partido Mutantes, quer que a CRCN convoque Ministros de Estado e o Presidente da República, além de lhes enviar pedidos escritos de informação, quando houver impedimento das Mesas de qualquer das Casas interessadas.
- e) A CRCN pode representar, por qualquer de seus membros, o Congresso Nacional em eventos de interesse municipal, estadual ou internacional, listou Belchior, do Partido Como nossos pais.
- 82.** A Resolução CN 1/2002 é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, de Medidas Provisórias (MPs) adotadas pelo Presidente da República, com força de lei, nos termos da Constituição Federal (art. 62, CF). Nos termos da Resolução CN 1/2002, encontre a única correta.
- a) Nas 48 horas que se seguirem à publicação de Medida Provisória (MP) pelo Presidente da República, a Presidência da Câmara fará publicar e distribuir avulsos da matéria e designará Comissão Mista para emitir parecer sobre a MP.
- b) No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial do Distrito Federal, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato.
- c) A Comissão Mista da MP será integrada por 14 Senadores e 14 Deputados e o número de suplentes será até a metade, indicados pelos Líderes, obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade dos partidos ou blocos em cada Casa.
- d) O número de membros da Comissão Mista de MP será acrescido de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será preenchida, exclusivamente, pela Minoria da Câmara e pela Minoria do Senado.
- e) A indicação pelos Líderes, para compor a Comissão Mista da MP, deverá ser encaminhada à Presidência do Congresso Nacional até as 12 horas do dia seguinte ao da publicação da Medida Provisória.

- 83.** Quando expirar o prazo integral de vigência da Medida Provisória, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Presidente da República, e fará publicar ato declaratório de encerramento do prazo de vigência de Medida Provisória. Nos termos da Resolução CN 1/2002, marque a certa.
- a) A alternância entre Presidência e Relatoria de cada Comissão Mista de MP terá início, na primeira Comissão a ser constituída, após publicada a Resolução CN 1/2002, com a Presidência de Deputado e Relatoria de Senador.
 - b) A Câmara e o Senado adaptarão os seus Regimentos com vistas à apreciação das Medidas Provisórias pelo Plenário do Congresso Nacional, de acordo com as disposições da Resolução CN 1/2002.
 - c) Órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da MP encaminhará aos Relatores e à Comissão Mista, nota técnica com subsídios sobre a adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.
 - d) Os prazos previstos na Resolução CN 1/2002 serão suspensos durante o recesso do Congresso Nacional, bem como estará suspensa a eficácia da Medida Provisória.
 - e) Se for editada MP no recesso parlamentar, a contagem dos prazos ficará suspensa, mas poderá ser iniciada de imediato, caso assim delibere a Comissão Representativa do Congresso Nacional.
- 84.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sob a direção da Mesa do Congresso Nacional, reunir-se-ão em sessão conjunta para diversas situações. Nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN ou Resolução CN 1/1970), marque a alternativa certa.
- a) Haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para dar posse ao Presidente da República eleito, Iggy Pop, que será solene. Já para promulgar emenda à Constituição, a sessão conjunta será especial.
 - b) A senadora Dolores O'Riordan, do Partido Cranberries, afirmou que discutir e votar o Orçamento, bem como conhecer de matéria vetada e sobre ela deliberar são ambos temas de sessões conjuntas, mas não serão solenes.
 - c) David Byrne, do Partido Talking Heads, informou que serão solenes as sessões conjuntas para inaugurar a sessão legislativa e para delegar ao Presidente da República poderes para legislar.
 - d) Não serão reconhecidas as lideranças das representações partidárias em cada Casa Legislativa. Sendo necessária a escolha de líderes específicos para atuar no Congresso Nacional.
 - e) O Presidente da República, Iggy Pop, deverá indicar Congressista para exercer a função de Líder do governo, com as prerrogativas do RCCN. Iggy também poderá indicar até 18 Vice-Líderes dentre os partidos que apoiem o governo.

- 85.** As Comissões Mistas, via de regra, compor-se-ão de 11 Senadores e 11 Deputados, obedecido o critério da proporcionalidade partidária, incluindo-se sempre um representante da Minoria, se a proporcionalidade não lhe der representação. Sobre as comissões mistas e temas correlatos, nos termos do RCCN, marque a única assertiva correta.
- a) As Comissões Mistas reunir-se-ão dentro de 48 horas de sua constituição, sob a presidência do mais idoso de seus componentes, dentre aqueles com mais legislaturas, para a eleição do seu Presidente e do seu Vice-Presidente.
 - b) O Presidente eleito da Comissão Mista, caso seja um Senador, designará um funcionário do Senado para secretariá-la. Se for um Deputado, quem será designado secretário será um servidor da Câmara.
 - c) Ao Presidente da Comissão Mista, Joe Strummer, do Partido The Clash, compete, após o sorteio eletrônico, designar o Relator da matéria sujeita ao seu exame.
 - d) O número de membros das comissões mistas é acrescido de mais uma vaga para cada Casa, a ser preenchida em rodízio, apenas pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo, número para participar dessas comissões.
 - e) Perante a Comissão Mista, no prazo de oito dias da instalação, o Congressista poderá apresentar emendas que deverão, em seguida, ser despachadas pelo Relator da matéria, Dinho Ouro Preto, do Bloco Parlamentar Capital Inicial e Fátima.
- 86.** Ouvido o Plenário, o prazo de duração da sessão poderá ser prorrogado por proposta do Presidente ou a requerimento de qualquer Congressista. Com base no RCCN, sobre esse tema e subtemas afetos, encontre a única alternativa correta.
- a) Depois de terminada uma prorrogação de sessão conjunta, poderá ser requerida outra, alertou Amy Winehouse, analista legislativa da Câmara.
 - b) O Deputado Ney Matogrosso, do Partido Secos e Molhados, explicou que o requerimento de prorrogação da sessão conjunta será discutido e terá encaminhamento da votação, de cinco minutos para cada Congressista.
 - c) A Senadora Joan Osborne, do Partido One Of Us, lecionou aos Congressistas que a sessão conjunta poderá ser suspensa por conveniência da ordem.
 - d) A sessão poderá ser levantada, a qualquer momento, pelo falecimento do Deputado David Bowie, do Partido Heroes, ou do ministro do Supremo Tribunal Federal Edgard Scandurra.
 - e) No recinto das sessões, somente serão admitidos os Congressistas, ex-Deputados e ex-Senadores, funcionários em serviço no plenário e, na bancada respectiva, os representantes da imprensa credenciados junto ao Poder Legislativo.

87. Apresentada à Mesa, a redação final será lida e imediatamente submetida à discussão e votação. Com base no RCCN, em relação a redação final, autógrafos, sessões solenes e temas correlatos, marque a única alternativa certa.

- a) O Senador Dave Gahan, do Partido Depeche Mode, avisou que será dispensada a redação final se o projeto for aprovado sem emendas ou em substitutivo integral, e o texto considerado em condições de ser definitivamente aceito.
- b) Aprovado em definitivo, o texto do projeto de lei ou decreto legislativo será encaminhado em autógrafos ao Presidente da República, Thedy Corrêa, do Partido Nenhum de Nós, para sanção ou veto, em até 15 dias úteis.
- c) Mark Knopfler, do Partido Dire Straits, asseverou que tratando-se, porém, de matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional, será promulgada em conjunto pelos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.
- d) As sessões solenes do Congresso Nacional serão realizadas com a presença mínima de um sexto dos Deputados e de um sexto dos Senadores, informou o consultor legislativo Humberto Gessinger, do Partido dos Engenheiros.
- e) Kurt Cobain, do Partido Nirvana, esclareceu que, nas sessões solenes, somente serão admitidas questões de ordem objetivas, que indiquem em qual dispositivo regimental se assentam.

CÓDIGO DE ÉTICA

Emerson Douglas

88. Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP) é quem estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que sejam titulares ou que estejam no exercício de mandato de Deputado Federal. De acordo com o CEDP, marque a assertiva certa.

- a) Não serão regidos pelo CEDP o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar. Haverá Ato da Mesa para regulamentar o procedimento e as sanções aplicáveis.
- b) São deveres fundamentais exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com improbidade, boa-fé e zelo, asseverou Aracy de Almeida, do Bloco Parlamentar Último Desejo e Fez Bobagem.
- c) O deputado Júlio Barroso, do Partido Absurdettes, tem o dever de se apresentar à Câmara durante as sessões legislativas e participar das sessões do Plenário e das reuniões de suas comissões, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional.
- d) Já o deputado Guilherme Arantes, do Partido Planeta Água, deve examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público e do interesse privado.
- e) Outro dever do deputado é tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, prescindindo de igual tratamento.

- 89.** Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara não poderão exceder o prazo de 60 dias úteis para deliberação pelo Conselho ou pelo Plenário da Câmara, conforme o caso. Já o prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato não poderá exceder 90 dias úteis. Nos termos do CEDP, marque a única correta.
- a) Esgotados esses prazos, se o processo se encontrar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, concluída sua instrução, passará a sobrestar imediatamente a pauta do Conselho e da Mesa da Câmara.
 - b) Mas se o processo estiver na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), para fins da apreciação de recurso contra vícios, passará a sobrestar imediatamente a pauta da própria CCJ e a do Conselho de Ética.
 - c) Recebido o processo disciplinar pela Mesa, lido no expediente, publicado e distribuído, a representação figurará com preferência sobre as demais da Ordem do Dia de todas as sessões, deliberativas ou não, até que se ultime sua apreciação.
 - d) A inobservância pelo relator dos prazos previstos no Código de Ética, autoriza a Mesa da Câmara a avocar a relatoria do processo ou a designar relator substituto, observadas as condições do CEDP.
 - e) Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é assegurado o pleno acesso, exclusivamente para fins de consulta, ao Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar e demais sistemas na Câmara.
- 90.** O Deputado apresentará à Mesa ou, quando couber, a uma Comissão a algumas declarações. Ao assumir o mandato, para efeito de posse, bem como quando solicitado, "Autorização de Acesso aos Dados das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física" e às respectivas retificações. Nos termos do CEDP, encontre a única assertiva certa.
- a) Durante o exercício do mandato, em Comissão ou em Plenário, ao iniciar-se a apreciação de matéria que envolva direta e especificamente os seus interesses patrimoniais, o Deputado deve se declarar suspeito para votar.
 - b) Uma cópia das declarações dos Deputados mencionadas será encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU), disse Marina Lima, do Partido Fullgás.
 - c) Os dados e declarações referidos no CEDP são públicos. Mas é possível atenuar a publicidade se o Conselho de Ética aprovar requerimento, em votação nominal, concedendo sigilo. Foi o que lecionou Arnaldo Antunes, do Partido Titãs.
 - d) Os servidores que, em razão de ofício, tiverem acesso às declarações sigilosas dos deputados, ficam obrigados a resguardar e preservar o sigilo das informações, alertou Daniela Mercury, do Partido Swing da Cor.
 - e) Os projetos de decreto legislativo destinados a alterar o Código de Ética e Decoro Parlamentar obedecerão às normas de tramitação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

CIÊNCIA POLÍTICA

Alessandra Lopes

91. Se, para conter a violência do tráfico é preciso reprimi-lo, não raro com emprego de força repressiva igualmente violenta, como estabelecer os limites entre o uso adequado e necessário para conter o crime organizado e o uso abusivo? Como assegurar que, para resgatar o monopólio estatal da violência fraturado pela ação dos grupos de traficantes não se esteja, por essa via, abrindo mão do controle civil sobre as forças repressivas, este igualmente um requisito fundamental do mesmo monopólio?

(ADORNO, Sérgio. “Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: MICELI, Sérgio; *et al* (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* 1970-2002. São Paulo: Sumaré, 2002, v. IV, p. 267-307., p. 28).

O texto de Sérgio Adorno discute o monopólio estatal da violência em um contexto presente na realidade brasileira. Avalie as seguintes afirmações:

- I. O uso de força repressiva pelo Estado para conter a violência do tráfico será abusivo independentemente do contexto no qual for mobilizado.
- II. O controle civil sobre as forças repressivas é essencial para garantir que o Estado não abuse do seu monopólio da violência.
- III. Para conter a violência do tráfico, o Estado deve encontrar um equilíbrio entre o uso da força repressiva e o respeito ao controle civil.

Está correto o que se diz em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

92. Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público, a liberdade política é um “direito que se confere ao povo de se governar por si mesmo, escolhendo livremente seus governantes e instituindo por sua vontade soberana os órgãos que devem exercitar a soberania nacional”. Para Hannah Arendt, a política é a prática da liberdade. Sobre essa ideia na obra da filósofa, assinale a alternativa correta:

- a) A política é um espaço de liberdade e igualdade, onde os indivíduos podem expressar suas opiniões e participar da tomada de decisões.
- b) A política é um espaço de competição e conflito, onde os indivíduos buscam impor seus interesses próprios.
- c) A política é um espaço de cooperação e diálogo, onde os indivíduos buscam construir um mundo comum.
- d) A política é um espaço de violência e dominação, onde os indivíduos buscam submeter os outros à sua vontade.
- e) A política é um espaço de alienação e indiferença, onde os indivíduos são privados de sua capacidade de ação.

93. O Estado é a sede da soberana potência, o ponto focal da ordem pública. Essa ordem é definida pelas Leis: essas determinam, segundo a necessidade, as normas da existência social em seu aspecto público; o Estado é senhor de "dá-las e de revogá-las". Do mesmo modo, pertence às suas prerrogativas absolutas declarar a paz e a guerra, dirigir a administração, julgar em última instância e conceder a graça, cunhar moeda e arrecadar impostos.

(CHÂTELET, François; *et al. História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 44)

O texto acima apresenta a teoria do poder soberano em Bodin. Sobre essa teoria, avalie as seguintes afirmações e assinale a correta:

- a) Através do consentimento popular é que o poder se legitimaria.
- b) O objetivo principal do poder soberano é a ordem pública e a paz entre Estados.
- c) Qualquer indivíduo teria capacidade de desenvolver e aplicar o poder soberano.
- d) A legitimidade do poder soberano teria de ser confirmada teocraticamente, pois viria de Deus.
- e) O poder soberano é um poder absoluto, ilimitado e indivisível.

94. O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma graduação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX.

(HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 141)

Ao excerto acima citado, podemos associar o seguinte conceito que marca o processo de formação do Estado brasileiro

- a) Subdesenvolvimento.
- b) Patrimonialismo.

- c) Sentido da colonização.
- d) Racialização.
- e) Marxismo.

95. Uma República, e refiro-me a um governo no qual existe o esquema de representação, [...] Os dois grandes pontos de diferença entre uma Democracia e uma República são, primeiro, a delegação do governo, na última, a um pequeno número de cidadãos eleitos pelos restantes; segundo, a maior quantidade de cidadãos e a maior esfera de território sobre o qual a última se pode estender.

(MADISON, James "A Utilidade da União como Salvaguarda contra a Facção e Insurreições Domésticas (continuação), 22 de novembro de 1781" in HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Tradução, introdução e notas de Viriato Soromenho-Marques e João C. S. Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 123.)

Aquilo que o autor chama de "República" constituiu-se no que hoje chamamos de democracia representativa, que é o sistema de governo vigente em diversos países do mundo, como o Brasil e os Estados Unidos da América. Tendo isso em mente, podemos entender que a definição de república de Madison:

- a) a torna um sistema de governo que garante a igualdade de todos os cidadãos.
- b) permite a existência de mais opiniões divergentes dentro da esfera pública.
- c) seria mais inseguro do que um sistema centralizador, como a monarquia.
- d) estabelece o critério censitário para a participação política dos cidadãos.
- e) incentiva a participação indireta do povo na política.

96. Sobre a história da justiça eleitoral e das discussões na imprensa no Brasil da Primeira República (1889-1930), dois historiadores escrevem o seguinte excerto:

Não só os jornais investiam na construção de uma sociedade cada vez mais republicana. O faziam também os legisladores, que tanto se esforçaram em diminuir as fraudes e garantir a “verdade das urnas”; as oposições, que insistiam nas denúncias das fraudes ao contestar resultados; o eleitor, que resistia de diversas formas ou por meio das abstenções ou mesmo da violência.

(VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; SOARES, Livia Freitas Pinto Silva. “Votos, partidos e eleições na Primeira República: a dinâmica política a partir das charges de *O Malho*”. *Revista de História*, n. 177, a04517, 2018, p. 29. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rh/a/shSx4zJJDsvYDBJCKzvSpsS/?format=pdf&lang=pt>>.)

O processo acima referido demonstra um elemento de continuidade dentro da história do voto no Brasil, que se caracteriza pelo(a):

- a) respeito que elites políticas e econômicas tiveram com as decisões democráticas, incentivando a criação de uma cultura democrática e republicana no país.
- b) seu pioneirismo com relação às liberdades políticas, pois mulheres e analfabetos tiveram garantidos seus direitos à participação política desde as primeiras eleições do período republicano.
- c) tensão entre as forças democráticas e as elites oligárquicas, que não necessariamente respeitam as decisões e medidas populares.
- d) estímulo à criação de partidos políticos e movimentos sociais populares durante toda a extensão da história republicana.
- e) manutenção das restrições censitárias ao voto até meados da década de 1980, quando foi instituída a Constituição Cidadã.

97. “Sufrágio e voto não se confundem. Enquanto o sufrágio é um direito, o voto representa seu exercício. Em outras palavras, o voto é a concretização do sufrágio”

(GOMES, José Jairo. *Direito eleitoral*, 16. ed. São Paulo: Atlas, 2020, p. 134).

Sobre o voto nas constituições brasileiras, assinale a alternativa correta:

- a) a Constituição de 1945 restringia o voto aos analfabetos, mas foi a primeira a incluir a participação feminina no processo democrático.
- b) a Constituição de 1967 do contexto da Ditadura Militar acabava com o direito ao voto, instituindo um regime autoritário.
- c) a Constituição de 1891 garantiu um grande aumento na participação política com relação ao período imperial.
- d) a Constituição de 1934 permitiu o voto feminino, mas acabou com o voto secreto, conforme era praticado na Primeira República (1889-1930).
- e) a Constituição de 1824 restringia o voto de forma censitária, mas não restringia o voto aos analfabetos.

98. Habermas encontra no agir comunicativo dos participantes numa interação mediada linguisticamente a única maneira de escapar daquela atitude objetivante que um sujeito isolado assume em relação ao mundo. O mundo da vida, em Habermas, continua sendo aquele horizonte pré-temático no qual os existentes se movimentam desde sempre e no qual vão buscar os seus padrões de interpretação do que se encontra à mão.

(Adaptado de HADDAD, Fernando. *De Marx a Habermas*: o materialismo histórico e seu paradigma adequado. Doutorado em Filosofia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996, p. 140-141.)

Podemos afirmar que, segundo Jürgen Habermas, o agir comunicativo

- a) demonstra a necessidade humana do consumo para a manutenção de sua existência material.
- b) reforça a ética democrática, através dos debates que ocorrem entre sociedade e Estado através da deliberação coletiva.
- c) representa os atos de entendimento humano realizados através de métodos pedagógicos verticalizados.
- d) cria uma narrativa histórica que busca contar a história dos vencidos e movimento o jogo de uma maneira teleológica.
- e) garante as bases da razão instrumental, que se baseia na técnica para a melhor gestão do cotidiano das pessoas.

99. Segundo o politólogo Maurice Duverger, existiram três tipos de sistemas de partidos políticos em regimes democráticos. Analise as afirmativas a seguir, que buscam definir os tipos de sistema, e assinale a alternativa que corresponde à correta:

- I. Bipartidarismo: consiste na presença exclusiva de dois partidos políticos, como é o caso dos Estados Unidos da América ou foi o caso do Brasil durante a Ditadura Militar entre 1965 e 1979.
- II. Partido único: consiste na presença de apenas um partido institucionalizado, que normalmente se filia a tendências ditatoriais e que buscam garantir a adesão da população às ideias e práticas daquele que exerce o poder.

III. Multipartidarismo: consiste na presença de diversos grupos políticos dentro dos sistemas democráticos, representados majoritariamente por eleições que acabam indo a segundo turno.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

100. O sistema majoritário tem o propósito de assegurar apenas a representação do(s) candidato(s) mais votado(s) em uma eleição. Em geral, a fórmula majoritária é utilizada em distritos uninominais. [...] Os sistemas proporcionais procuram garantir uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputaram uma eleição. Por exemplo, um partido que recebesse 15% dos votos ficaria com um percentual de representação próximo a 15%.

(NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*, 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, ps. 17 e 37).

Dentre as críticas ao sistema majoritário e as críticas ao sistema proporcionais, podemos apontar:

- a) o sistema majoritário pode criar uma falsa sensação de vitória ou estabilidade política; já o sistema proporcional dificultaria a formação de governos, dando ênfase à representatividade.
- b) o sistema majoritário enfatiza a dimensão territorial da representação; já o sistema proporcional seria mais fácil para a manipulação por *lobbys* e até vias oficiais.
- c) o sistema majoritário dificulta o controle sobre as atividades dos representantes eleitos; já o sistema proporcional facilita o controle sobre as atividades dos representantes eleitos.
- d) o sistema majoritário permitiria a criação de governos menos plurais; já o sistema proporcional dificulta a formação de governos coesos e que consigam ter maior governabilidade.
- e) o sistema majoritário seria mais democrático ao levar em conta mais opiniões; já o sistema proporcional seria mais afeito às oligarquias.

ADMINISTRAÇÃO GERAL*Stefan Fantini*

101. Para desempenhar suas funções e papéis na organização, o administrador deve possuir habilidades de três tipos: humanas, técnicas e conceituais. Essas habilidades são exigidas com maior ou menor intensidade, dependendo do nível organizacional em que o administrador atua.

Diante disso, é correto afirmar que:

- a) o nível estratégico requer maior emprego de habilidades técnicas do que o nível tático;
- b) no nível tático, as habilidades conceituais são essenciais para o bom desempenho do administrador;
- c) o nível operacional requer maior emprego das habilidades conceituais do que o nível estratégico.
- d) as habilidades técnicas são exclusivas dos administradores do nível operacional;
- e) no nível tático, as habilidades humanas são mais relevantes do que nos outros níveis;

102. A Teoria dos Sistemas vê a organização como um

- a) sistema aberto, em que os processos organizacionais internos são suficientes ao sucesso organizacional.
- b) sistema fechado, que está em constante interação com o ambiente interno.
- c) sistema aberto, que está em constante interação com o ambiente externo.
- d) sistema fechado, em que os processos organizacionais internos são suficientes ao sucesso organizacional.
- e) sistema fechado, que está em constante interação com o ambiente externo.

103. A estrutura organizacional que, normalmente, é decorrência da fusão da estrutura baseada em funções –estrutura de apoio “permanente”, vertical – com a estrutura baseada em projetos ou produtos – estrutura “temporária”, horizontal e que não leva em consideração o princípio da unidade de comando, é chamada de

- a) por processos
- b) linha-staff
- c) linear
- d) matricial
- e) funcional

104. A ferramenta da qualidade que consiste em uma técnica para identificar as causas prioritárias dos problemas, baseado na premissa de que 20% das causas geram 80% dos efeitos é chamada de:

- a) Diagrama de Ishikawa
- b) Ciclo PDCA
- c) Diagrama de Pareto
- d) Histograma
- e) Fluxograma

105. Um chefe que exerce influência sobre seus subordinados, motivando-os a realizar o trabalho em função de sua posição hierárquica, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização exerce o tipo de poder

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

106. Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

107. Conforme a teoria de Maslow, após terem sido satisfeitas as necessidades primárias, a próxima necessidade a ser satisfeita é a necessidade

- a) fisiológica
- b) de segurança
- c) social
- d) de estima
- e) de autorrealização

108. João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;
- e) informal e descendente.

109. No que concerne aos níveis fundamentais da cultura organizacional, os “artefatos observáveis” consistem

- a) no nível mais profundo da cultura organizacional.
- b) nos aspectos mais ocultos da cultura organizacional.
- c) nos aspectos mais superficiais e visíveis da cultura organizacional.
- d) no nível mais difícil de ser alterado.
- e) nos aspectos mais profundos e invisíveis da cultura organizacional.

110. No processo de formação de um grupo de trabalho, os membros encontravam-se em uma etapa em que as relações estavam coesas e o grupo começava a agir de forma unida e coordenada.

Considerando essas condições, evidencia-se que o grupo está na etapa denominada

- a) normatização.
- b) interrupção.
- c) turbulência.
- d) formação.
- e) desempenho.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

111. A evolução da administração pública no Brasil apresenta diferentes fases e modelos que foram sendo incorporados ao longo do tempo. Um desses modelos é caracterizado pelo foco no cidadão, eficácia, eficiência e efetividade na prestação de serviços públicos, além da necessidade de accountability e transparência. Esse modelo é conhecido como:

- a) Administração Patrimonialista
- b) Administração Burocrática
- c) Administração Gerencial
- d) Administração Estratégica
- e) Administração Participativa.

112. No contexto da administração pública, o conceito de "accountability" tem ganhado cada vez mais relevância. Sobre esse termo, é correto afirmar:

- a) Refere-se apenas à capacidade do governo de gerar receitas.
- b) Envolve apenas aspectos financeiros e orçamentários.
- c) É sinônimo de transparência, mas não inclui a prestação de contas.
- d) Refere-se à responsabilidade de órgãos e servidores públicos em prestar contas e serem responsabilizados por suas ações.
- e) É uma prática que se aplica exclusivamente ao setor privado.

113. O controle social é um mecanismo fundamental para o exercício da cidadania e para a efetivação da democracia. Neste contexto, qual das seguintes afirmativas está CORRETA sobre controle social e sua relação com a cidadania?

- a) O controle social é exercido exclusivamente por órgãos governamentais.
- b) O controle social exclui a participação dos cidadãos e é limitado à atuação dos tribunais de contas.
- c) O controle social é um direito do cidadão e um dever do Estado, envolvendo mecanismos de participação popular.
- d) O controle social é sinônimo de controle judicial e não possui relação com a cidadania.
- e) O controle social só é efetivo em regimes autoritários onde há maior controle sobre os cidadãos.

114. O conceito de Governo Eletrônico refere-se à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para aprimorar a eficiência, eficácia e transparência dos serviços públicos. Qual das seguintes afirmativas está CORRETA a respeito do Governo Eletrônico?

- a) O Governo Eletrônico é utilizado apenas para automatizar processos internos e não tem impacto no relacionamento com o cidadão.
- b) O Governo Eletrônico foca exclusivamente em aumentar a transparência, sem se preocupar com eficiência ou eficácia.
- c) O Governo Eletrônico visa facilitar o acesso a informações e serviços por parte dos cidadãos, além de melhorar a gestão pública.
- d) O Governo Eletrônico é irrelevante para países em desenvolvimento, pois é uma estratégia apenas para nações desenvolvidas.
- e) O Governo Eletrônico reduz a transparência ao concentrar todos os serviços em plataformas digitais, dificultando o acesso para cidadãos que não são familiarizados com tecnologia.

115. Em relação ao ciclo de políticas públicas, que envolve a identificação do problema, formulação de políticas, implementação e avaliação, qual das seguintes afirmativas é CORRETA?

- a) A fase de identificação do problema é irrelevante, uma vez que as políticas públicas são geralmente reativas.
- b) A formulação de políticas é um processo apolítico, baseado exclusivamente em critérios técnicos.
- c) A implementação de políticas públicas ocorre de forma linear e segue estritamente o que foi planejado na fase de formulação.
- d) A avaliação é uma etapa que pode influenciar a revisão e possível readaptação das políticas, contribuindo para seu aprimoramento.
- e) Uma vez implementada, uma política pública não necessita de avaliação, pois foi baseada em ampla discussão durante sua formulação.

116. O Planejamento Estratégico Situacional (PES) é um modelo que foi adaptado para ser utilizado em organizações públicas. Qual dos seguintes aspectos é uma característica distintiva do Planejamento Estratégico Situacional em relação ao Planejamento Estratégico Clássico?

- a) O PES se concentra exclusivamente em metas financeiras a longo prazo.
- b) O PES desconsidera a importância dos stakeholders na formulação de estratégias.
- c) O PES é mais flexível e considera a complexidade e a mutabilidade do ambiente público.
- d) O PES segue rigorosamente o modelo de análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).
- e) O PES evita a participação dos servidores públicos na fase de formulação.

117. Em uma organização pública, a utilização do Business Process Management (BPM) visa melhorar a eficiência dos processos internos. Qual dos seguintes pontos NÃO é geralmente considerado uma vantagem do uso do BPM em organizações públicas?

- a) Redução de custos operacionais.
- b) Melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.
- c) Aumento da padronização e controle dos processos.
- d) Maior flexibilidade e agilidade na execução de atividades.
- e) Menor necessidade de supervisão e fiscalização dos processos.

118. Em relação à administração por competências, um modelo de gestão de pessoas cada vez mais adotado em organizações públicas, qual das seguintes afirmativas é INCORRETA?

- a) A administração por competências busca alinhar as habilidades individuais dos funcionários com os objetivos organizacionais.
- b) A avaliação de desempenho com base em competências permite o desenvolvimento de planos de capacitação mais assertivos.
- c) O foco da administração por competências é exclusivamente no recrutamento e seleção de novos colaboradores.
- d) A administração por competências pode ser utilizada para identificar talentos dentro da organização e direcioná-los para cargos mais estratégicos.
- e) A adoção de um modelo de administração por competências exige que a organização faça uma análise profunda de suas necessidades e objetivos.

119. No contexto da gestão de projetos, qual das seguintes afirmações é INCORRETA sobre o PMBOK (Project Management Body of Knowledge)?

- a) O PMBOK é uma metodologia de gestão de projetos.
- b) O PMBOK é estruturado em grupos de processos e áreas de conhecimento.
- c) A quinta edição do PMBOK contém 47 processos, divididos entre os grupos de processos e as áreas de conhecimento.
- d) O PMBOK é mantido pelo Project Management Institute (PMI).
- e) O PMBOK serve como um guia de melhores práticas em gerenciamento de projetos e não é uma norma obrigatória.

120. Na área de Gestão de Pessoas, a fase de recrutamento e seleção é crucial para o sucesso organizacional. Sobre essa fase, qual das seguintes alternativas é INCORRETA?

- a) O recrutamento interno é mais custoso e demorado que o recrutamento externo.
- b) As entrevistas comportamentais têm como objetivo analisar como o candidato se comportaria em situações específicas do trabalho.
- c) Testes psicométricos são utilizados para avaliar a personalidade, habilidades e outros aspectos do candidato.
- d) O processo de seleção pode envolver várias etapas, incluindo entrevistas, testes e dinâmicas de grupo.
- e) As técnicas de seleção devem estar alinhadas com as competências requeridas para a vaga.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

121. Os princípios são normas gerais que, pela sua relevância, abrangência e valor intrínseco, fundamentam o sistema jurídico. Permitem a interpretação de situações concretas com base nos fins a que se destinam a norma. Desde seus primórdios, a instituição orçamentária foi cercada de uma série de princípios e regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade política: auxiliar o controle parlamentar sobre o governo. Nesse contexto, marque a alternativa que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não disciplinará sobre assunto que não seja previsão da receita e à fixação da despesa.

- a) Princípio da Exclusividade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Universalidade
- e) Princípio da Legalidade

122. As emendas feitas ao Orçamento Geral da União, denominado de Lei Orçamentária Anual (**LOA**) – enviada pelo Executivo ao Congresso anualmente – são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo.

Fonte: Agência Senado

De acordo com a Constituição, as emendas parlamentares individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL) em:

- a) 1,0% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- b) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- c) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- d) 2,0% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- e) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

123. Um determinado deputado, ao examinar o projeto de Lei Orçamentária Anual apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, optou por apresentar uma emenda parlamentar totalmente coerente com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todavia, para apresentá-la, deveria ter indicado os recursos necessários. De acordo com a CF/88, esses recursos podem advir da anulação de despesas que digam respeito a:

- a) dotações para despesa com pessoal;
- b) dotações para o serviço da dívida;
- c) dotações para investimentos;
- d) transferências tributárias para outros Estados;
- e) dotações para encargo de pessoal.

124. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação

orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.

- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

125. A espécie de orçamento que caracteriza-se por uma estrutura que dá ênfase aos aspectos contábeis e por considerar, na sua elaboração, as necessidades financeiras das unidades organizacionais, corresponde ao orçamento

- a) orçamento – programa.
- b) Orçamento por desempenho.
- c) Orçamento tradicional.
- d) Orçamento por realizações.
- e) orçamento por resultado.

126. São despesas cujas obrigações referem-se a exercícios findos, que não foram sequer empenhadas, ou tiveram seus empenhos cancelados. Trata-se de

- a) restos a pagar.
- b) restituições orçamentárias.
- c) restos a pagar processado.
- d) despesas de exercícios anteriores.
- e) despesas de custeio.

127. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão

- a) dívida externa.
- b) a dívida ativa.
- c) as despesas de exercícios anteriores.
- d) os créditos da fazenda pública.
- e) a dívida flutuante.

128. Constituem restos a pagar não processados as despesas que foram

- a) empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício.
- b) empenhadas, liquidadas e pagas no exercício.
- c) empenhadas e não liquidadas no exercício.
- d) empenhadas em despesas de exercícios anteriores.
- e) empenhadas, pagas e registradas no exercício.

129. Compreende as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, a lei

- a) do plano plurianual.
- b) geral do orçamento.
- c) de diretrizes orçamentárias.
- d) de responsabilidade fiscal.
- e) de política orçamentária nacional.

130. A partir da Constituição Federal, de 1988, passa a ser determinante estabelecer, de forma regionalizada, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes por intermédio

- a) da LDO.
 - b) do Orçamento Anual.
 - c) da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - d) do Plano Plurianual.
 - e) do Orçamento Base Zero.
-

Discursiva

João, Analista de Processo Legislativo, recebeu a missão de instruir os deputados recém-empossados. No documento redigido para isso, foram feitas as seguintes afirmações relativas ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

1. A Câmara dos Deputados é competente para fiscalizar os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Isso é feito, principalmente, pelas propostas de fiscalização e controle, a qual pode ser proposta por qualquer membro ou Deputado, à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada. Uma vez relatada no âmbito da Comissão, será discutida e votada e, se aprovada, submetida a plenário para aprovação da fiscalização.
2. As Comissões Especiais são constituídas, exclusivamente, em três casos: proposta de emenda à Constituição, projeto de código e para substituir as comissões permanentes; esta no caso de se detectar que o mérito da matéria é de competência de mais de cinco comissões de mérito. Quando criada comissão especial para substituir as comissões permanentes, a comissão especial ficará responsável apenas sobre as questões de mérito.
3. Afirmou-se também que a ordem de distribuição às comissões será sempre conforme o menor para o maior mérito, inserindo-se nessa regra a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania quando deverem se pronunciar sobre o mérito de determinada matéria.
4. Finalmente, apresentou-se como matérias que não se submetem ao poder conclusivo das Comissões: os projetos sobre direitos individuais e políticos e os projetos que fixem subsídios dos servidores do Poder Judiciário.

À luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, julgue as afirmações realizadas.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
